

Liberdade

ORGAO DA FRENTE PATRIOTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL
Nº 1
FEVEREIRO, 1966

GUERRA COLONIAL EM TRES FRENTE

Em Angola, na Guiné e em Moçambique o governo fascista e colonialista português conduz, contra povos que lutam pelo seu legítimo direito à liberdade e à independência nacional, uma guerra injusta e ruinosa. Em 4 de Fevereiro de 1961, em Luanda, grupos de militantes nacionalistas lançam-se ao assalto das prisões colonialistas; em 15 de Março, irrompe a revolta das populações do Congo angolano. Apesar de todas as declarações oficiais a guerra colonial con-

tinua há cinco anos e o Portugal fascista, cumprindo o seu papel de gardarme e de capataz dos interesses imperialistas internacionais, mobilizou forças expedicionárias que constituem o maior potencial militar existente em toda a Africa negra.

E compreensível que muitas nações independentes de Africa considerem que é uma ameaça à sua segurança e à paz no continente africano, a presença das forças militares de um país fascista e colonialista constituindo a mais forte concentração de homens, e meios operacionais, nessa área geopolítica.

O crime de colonialismo — condenado pela opinião internacional e pelos organismos supremos da O.N.U. —

(cont. pag. 7)

UM PROGRAMA DE COMBATE

por Manuel SERTORIO

A luta contra o fascismo carrega o germe de uma nova sociedade; é justamente para a construir em Portugal que temos, em primeiro lugar, de escorrçar os salazaristas.

A revolução por que lutamos tem, com efeito, dois objectivos fundamentais: destruição completa da máquina fascista e profunda remodelação de todas as estruturas sociais.

1. O aniquilamento do estado fascista e a sua substituição por um estado democrático será a principal missão da Assembleia Constituinte e da futura Constituição Política. Por outro lado, O Governo Provisório saberá desmantelar, desde logo, os órgãos do poder fascista e castigar os salazaristas criminosos.

Mas terminarão aqui as tarefas da revolução triunfante? Por forma nenhuma. Uma revolução que a si própria está destinada a ser vencida; um estado que pretende trabalhar para o povo, mas em que o povo na realidade não participa, sofre a ameaça permanente de traição.

Poderá supôr-se um Portugal democrático com antigos fascistas nos altos postos da administração? com um exército reaccionário? com «centuriões» à solta, dando livre curso aos seus instintos criminosos?

Esta é uma hipótese tão absurda como a de um futuro Portugal em

(cont. pag. 7)

O ASSASSINIO DO GENERAL DELGADO

Os democratas portugueses não podem aceitar que o crime de que foi vítima o General Humberto Delgado seja abafado na mortalha do silêncio. Para todos nós é uma obrigação moral, um dever de solidariedade antifascista e uma questão política importante, exigir que os assassinos sejam identificados e que seja concretamente definida a responsabilidade dos mandantes do crime.

As autoridades judiciais espanholas incumbidas das investigações conseguiram apurar elementos relevantes sobre a acção dos assassinos da PIDE. O jornal O Estado de São Paulo, numa correspondência de Nova Iorque, indicou a identidade que figurava nos documentos dos agentes da PIDE que atravessaram a fronteira no dia 13 de Fevereiro para cometerem numa propriedade perto de Badajoz o crime vilíssimo. Também se sabe que atravessou a fronteira com os quatro assassinos, um agente da PIDE de nome Semeado.

A revista americana Saturday Evening Post, de 21 de Dezembro de 1965 e de 1 de Janeiro de 1966 publicou novas informações sobre os automóveis que transportavam os assassinos e as circunstâncias em que ocorreu a morte do General Delgado.

As autoridades espanholas encarregadas das investigações conseguiram apurar factos e indícios altamente comprometedores para o governo de Salazar, para a PIDE e para provocadores e agentes da reacção internacional que em Roma, Rabat e Paris tiveram contactos com o General antes de o atraírem à cilada de Badajoz. Os mandatos de prisão internacionais lançados pelo juiz Crespo Marquez deram um novo desenvolvimento a um assunto que ameaçava ser amortalhado em silêncio. A PIDE e os seus cúmplices directos e indirectos deverão pagar este novo crime.



A fronteira da Tanzânia, como às fronteiras do Senegal, da Guiné, do Congo Brazzaville, do Congo Léopoldville, chegam da Zambia, milhares de refugiados e do pferidos.

UMA ARMA REVOLUCIONARIA

O título deste jornal é um programa e uma bandeira: **LIBERDADE**.

A **FRENTE PATRIOTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL** é uma trincheira de homens livres que lutam por uma pátria livre. **LIBERDADE** não pretende ser apenas uma voz de resistência, será um apelo ao combate libertador, à unidade, às lutas quotidianas, à acção revolucionária.

LIBERDADE é um órgão político e polémico, um jornal de combate. Implacável na luta contra os fascistas, os colonialistas, os agentes de domínio estrangeiro, os mistificadores políticos. Atento e fraternal para os companheiros de jornada; aberto à colaboração de todos os democratas, solidário da acção de todos os anti-fascistas e de todos os anti-colonialistas.

Portugueses vindos de distintos horizontes políticos podem, nesta hora decisiva, empunhar a mesma bandeira e defender o mesmo programa mínimo imediato: destruir o fascismo, lançar as primeiras pedras para a construção de um Portugal livre e democrático.

Somos, na pátria oprimida e na emigração dispersa, nós, oposição democrática, anti-fascista e anti-colonialista, uma corrente «indomada e indomável», à qual, adquirida a consciência da unidade necessária, só falta a correspondente organização para sermos «uma força». Uma força invencível.

Devemos unir vontades, cerrar fileiras, intensificar a luta contra o fascismo e contra a guerra colonial. Devemos aliar a ofensiva à defensiva e o ataque à resistência.

Orgulhamo-nos, nós, democratas portugueses, e com razão, da resistência nacional ao fascismo que tem sido digna e persistente. Dessa resistência é actualmente o melhor penhor uma juventude que não se vergou à influência do regime e corajosamente diz não à universidade medieval, ao fascismo à guerra colonialista. Mas, como se dizia num apelo dirigido aos portugueses pela **CONFERENCIA da F.P.L.N.** — é preciso passar de uma heroica resistência a um heróico combate libertador.

O fascismo, com a sua política colonialista, conduz-nos a um desastre nacional. O fascismo é o reinado de terror, da miséria, da opressão. O fascismo é a sangrenta repressão das aspirações nacionais dos povos das colónias, é a guerra. O fascismo é o leilão das riquezas nacionais, é a alienação da própria independência nacional.

É preciso organizar a corrente «indomada e indomável» que somos. É preciso radicar nela a consciência dos objectivos comuns na luta contra a ditadura fascista, a miséria, o terror policial, o domínio estrangeiro, a guerra colonial.

Essa é a função deste jornal. **LIBERDADE** será a bandeira e o programa da **FRENTE PATRIOTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL**.

Um jornal de combate é sempre um agitador colectivo e um organizador colectivo.

LIBERDADE será, nas tuas mãos, uma arma revolucionária.

LIBERDADE

Orgão da **FRENTE PATRIOTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL**
 Direcção - Redacção - Administração
JUNTA REVOLUCIONARIA PORTUGUESA
 Pedidos e Correspondência
 F.P.L.N.: 13, rue Auber, ALGER, ALGERIE
 Tél. 65-99-69

Preço de venda:

PORTUGAL	1 \$ 00
Argélia	0,60 DA
Marrocos	0,60 DIRH
França	0,60 NF
Itália	60 Liras
Belgica	6 F.B.
Suiça	0,50 F.S.
R.F.A.	0,50 D.M.
Inglaterra	1 S.
Brasil, Canada,	
U.S.A., Venezuela,	
Uruguay	\$ 0,20

IDEIAS • NUMEROS • FACTOS

UM NOBRE DEMOCRATA

O artigo do Comandante João Sarmiento Pimentel, antigo companheiro de António Sérgio, Jaime Cortesão e Mário de Azevedo Gomes na direcção da «Seara Nova», do qual transcrevemos dois extensos trechos foi-nos enviado de São Paulo, pelo Autor. Queríamos ter, neste primeiro número de **LIBERDADE**, a colaboração do intrépido combatente republicano e do grande escritor que é João Sarmiento Pimentel. Não tendo podido enviarnos um artigo original, recebemos do nosso Amigo a página comovida que dedicou à morte do Professor Mario de Azevedo Gomes acompanhada das seguintes palavras:

«Pedindo o favor de transcrever e desejando a todos os nossos companheiros um Ano Novo de Restauração da República.»

A SANGRIA DA JUVENTUDE PORTUGUESA

O Ministério da Defesa decidiu enviar para a guerra colonial por trimestre, além das forças de renição, 9 batalhões. Os efectivos seriam assim aumentados trimestralmente em (9 x 4 x 160) aproximadamente, 6.000 homens.

Também foi decidido chamar os oficiais milicianos incorporados depois de 1955 para frequência do curso de capitães milicianos. Após o curso deverão ser destacados para a guerra colonial. Inicialmente serão chamados, das 9 classes em referência (1955-1963), os que fizeram 18 meses de tropa. Do quadro de engenharia serão todos convocados.

Tu podes ajudar a difusão do jornal **Liberdade**. Envia-nos nomes e moradas de portugueses aos quais deva ser enviado o órgão da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

MEDIDAS DE SEGURANÇA NOS TRANSPORTES DE TROPA

Aos tripulantes dos barcos mercantes que transportam tropas foram distribuídas pistolas metralhadoras e dadas instruções para abrir fogo ao menor tumulto. Em cada transporte segue armada uma unidade de polícia militar. Os militares expedicionários fazem a viagem completamente desarmados.

«AJUDA MUTUA» AMERICANA

As munições da NATO, fornecidas pelos Estados Unidos, que ostentam a bandeira americana e as palavras «For mutual aid» (para ajuda mútua), são enviadas para as colónias depois de terem sido pintadas, com uma tinta opaca, a bandeira americana e a referida legenda.

GUERRA AOS LIVROS

Foi proibida a reedição de obras de Alves Redol, Fernando Namora e de outros escritores conhecidos pelas suas convicções antifascistas.

A apreensão de livros à editora Publicações Europa-América atingiu o valor de 700 contos.

E a guerra ao livro. O mestre nazi dizia: «quando oiço falar de cultura, lanço o mão ao revolver.»

DEPUTADOS ITALIANOS CONTRA A GUERRA COLONIAL SALAZARISTA

Ao chefe do governo italiano e ao ministro dos negócios estrangeiros foram formuladas, por um grupo de deputados, as seguintes perguntas:

— E verdade «que armas de fabrico italiano, fornecidas através da NATO, são usadas contra os patriotas de Angola e da Guiné dita Portuguesa, pelas forças de repressão ao serviço do nazi-colonialismo de Salazar?»

— E verdade «que na respectiva comissão de ONU, o delegado italiano Ludovico Carducci Artemisio tenha tentado fazer arquivar o relatório desfavorável aos colonialistas portugueses, afirmando que em Angola e Moçambique se não verifica a existência de exploração por parte de companhias estrangeiras?»

No final da interpelação, os deputados signatários salientam «a profunda contradição» entre tal atitude e «os interesses morais e materiais da Republica Italiana em Africa, as declarações de principio repetidamente feitas pelo Governo Italiano, e os compromissos internacionais» assumidas pelas Itália na ONU.

Assinam a interpelação os deputados Serbandini, Alicata, Ingrão, Pajetta, Galluzzi, Diaz Laura, Melioni.

O governo italiano prometeu uma resposta circunstanciada e negou que estivesse fornecendo armas para a guerra colonial.

PREPARA-SE A GUERRA NA PENINSULA DE SETUBAL

A transformação da península de Setúbal em depósito de armamento ao serviço do Pacto do Atlântico acelera-se. A juntar aos depósitos entregues à marinha e dependentes do Ministério da Defesa, no Marco do Grilo, há a acrescentar a construção na Charneca da Caparica de espaçosos armazens que depois de construídos são camuflados com areia. A construção destes depósitos já dura há perto de dois anos apesar de lá trabalharem centenas de operários.

Em S. João da Caparica estão a ser construídos grandes depósitos com a mesma finalidade e um grande edifício com vários andares, pertencente ao Ministério da Defesa.

No Portinho, entre o Porto Brandão e a Trafaria, estão a ser construídos dois cais de desembarque para navios de grande tonelagem. Da Trafaria aos depósitos da Charneca da Caparica está a ser aberta uma estrada militar.

No Pinhal do Rei (Fonte da Telha) foram também construídos

IDEIAS • NUMEROS • FACTOS • UM NOBRE DEMOCRATA

Artigo de JOAO SARMENTO PIMENTEL

pequenos depósitos de armamento camuflados com areia.

Que guerra prepara o governo de Salazar? Ou, como em Beja, entrega-se território nacional à máquina militar imperialista?

O preço deste jornal destina-se a pagar o próprio jornal. A F.P.L.N. não tem outros recursos que as contribuições voluntárias dos seus amigos.

300.000 ACIDENTES DE TRABALHO POR ANO!

« Quem se debruçar sobre as estatísticas respeitantes aos acidentes e doenças de trabalho ficará dolorosamente impressionado. Só casos de morte participados aos Tribunais têm sido cerca de 500 por ano. Também em cada ano, não deve ser inferior a 3.000 o total de incapacitados permanentes derivados de sinistros de trabalho, nem a 300.000 o número de desastres que no exercício de actividades profissionais estão a verificar-se. (Relatório da portaria nº 17.688, de 11-4-1960).

Se se levar em conta que, segundo estudos posteriores (Raúl da Silva Pereira, « Análise Social » — Univ. Técnica de Lisboa —, vol. I, Abril 1961), os casos de morte participados aos Tribunais de Trabalho representam apenas 1/5 do total dos óbitos e que nos restantes 4/5 se incluem os acidentes, de difícil controle, ocorridos na agricultura, ter-se-á uma idêntica mais aproximada do clima de insegurança em que vivem e trabalham os trabalhadores portugueses.

A Frente Patriótica de Libertação Nacional precisa de ti. Se conhecer o teu nome e tua morada poderá entrar em contacto contigo.

INIMIGOS DO POVO

Existem no nosso país muitos « inimigos de povo ». Grandes e pequenos pela importância das suas funções e do seu poder pessoal mas todos inimigos do povo e da pátria.

Por exemplo, o presidente da Câmara Municipal de Marinha Grande, o industrial Adriano Marques Roldão não é só um declarado inimigo do povo de Marinha Grande, é um activo colaborador da PIDE.

Factos: Quando da visita de agentes da PIDE à Marinha Grande recebe-os na sua própria casa e oferece-lhes opíparos banquetes; denuncia operários; inventa actividades « subversivas ».

Basta ver operários na mata para denunciar actividades políticas. Não só é mau, mas um cobarde.

ESCRITORES PERSEGUIDOS PELA CENSURA

A colaboração nos jornais e revistas, a notícia do aparecimento das obras, as críticas literárias e

a própria publicidade editorial das obras de Sofia de Mello Breyner, de Fernanda Botelho, de Natalia Correia, de Augusto Abelaira, de José Augusto França, de Alexandre Pinheiro Torres, de Manuel da Fonseca, de Fausto Lopo de Carvalho, de Luiz Francisco Rebello, de Mário de Sacramento, de Francisco de Sousa Tavares e de Urbano Tavares Rodrigues e outros escritores portugueses, têm sido ultimamente objecto de cortes e proibições por parte da censura.

A instituição da censura, velha como o regime, é, como a PIDE, uma das bases do poder salazarista.

Apreendem-se livros, perseguem-se escritores, cortam-se notícias nacionais e internacionais. O Portugal de Salazar é o país do silêncio, é o « reino cadavérico » da estupidez e da mentira.

Envia o teu endereço à F.P.L.N. : 13, rue Auber, Alger, Algérie, Passarás a receber todas as publicações da Frente Patriótica de Libertação Nacional e os comunicados da Junta Revolucionária Portuguesa.

**

Organizar para agir. Agir para organizar.

**

Nós diremos a verdade porque a verdade é revolucionária.

**

Enquanto houver um democrata preso, enquanto a Pide existir, Portugal será um país submetido a um regime policial fascista.

**

Organizar a F.P.L.N. — é o único caminho para a Liberdade e para a Democracia.

Morrer, às vezes até dá vontade, como — magoado — dizia Alexandre Herculano, vendo o ódio dos fanáticos que medravam, campeando à solta, no mundo político do seu tempo. Morrer agora, para os da geração que beirava os vinte anos quando se implantou a República, é natural e já ultrapassa a média da vida actual da gente metropolitana.

Mas, há certas criaturas que, pela sua exemplar existência e nobres e corajosas atitudes, bem mereciam do Destino serem poupadas a esta inexorável fatalidade. Seria como recompensa dos deuses aos trabalhos e privações que, por sua fé mereciam alguns dos democratas portugueses. Dos democratas e de muitos liberais que receberam na infância e na juventude ensinamentos e exemplos de tolerância de liberdade, de justiça que a Constituição, aprovada pelos legítimos delegados do povo, garantia a todos os cidadãos.

Pois se alguém havia de ser merecedor dessa excepção, isto é, se alguém havia com direito à recompensa de poder presenciar o fim desta longa noite de quarenta anos em que se apagou a luz da esperança e da verdade, esse era o saudoso professor Mário de Azevedo Gomes.

O sábio catedrático do Instituto Superior de Agronomia, foi um dos antigos e dos mais ilustres directores da « Seara Nova », ministro do Governo da Primeira República, escritor e cientista do mais alto padrão intelectual e, acima de tudo, um homem bom, austero cidadão, apóstolo da Democracia, nobre carácter, amigo e defensor de todos os perseguidos por este apocalíptico Estado Novo que avilta a Nação Portuguesa e ameaça os milénios alicerces da nossa Independência.

Da sua integridade de homem público, do seu desassombrado proceder em matéria política, daquela coragem cívica e tomadas de posição que por diversas vezes o levaram à cadeia, nem é preciso pormenorizar. Ele sofreu todos os vexames, todas as violências e arbitrariedades que o ditador manda executar pela PIDE contra os seus adversários.

Como é triste a morte de um fraterno companheiro de tantos projectos, de tantas esperanças por um Portugal para todos os portugueses.

Mais triste ainda é vê-lo morrer antes do tal « salvador » que afoga em sangue milhares de portugueses ou os impele, pela miséria, pela insegurança, pela tirania, a emigrar em massa, abandonando as terras que o famoso agrónomo tanto queria e tanto procurou melhorar para os seus patrícios viverem contentes, terem pão abundante e trabalho sem escravidão.

Azevedo Gomes tinha direito de dever surgir, das cinzas do Estado Novo, a Nova República, aquela República que ele e seus companheiros da « Seara » queriam, pregavam, amavam, a República do Povo, dos delegados do Povo a governar e a defenderem os direitos de todos.

A VOZ DA LIBERDADE

EMISSORA DA

FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

AS QUARTAS E SABADOS

à partir das 0,15 (meia noite e um quarto), em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e em ondas médias de 230 e 320 metros.

Programas de informação e de combate.

RADIO PORTUGAL LIVRE

TODOS OS DIAS

Das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,15 às 22,45 em 32 metros; das 0,30 às 5,50 em 36,40 e 43 metros.

Aos domingos das 13 às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

ABREU, Paulo Cancela de. — Representante da família Cancela de Abreu, de que é o decano; esta família está ligada aos grandes agrários Duque de Palmela, Infante de Lacerda, Palha Blanco e aos Bancos de Portugal e Espírito Santo, à C.U.F., etc... E ainda à Sociedade Estoril, à Companhia Nacional de Fiação e Tecidos, à Sodapóvoa (Solvay e Companhia, Sapec, belgas); ao Amoníaco Português; à Companhia de Celulose; à Companhia de Seguros « O Trabalho », etc...

ALMEIDA, Manuel Lopes de. — Um dos responsáveis da política obscurantista governamental. Chefe do gabinete do Ministro da Educação (1934); Director Geral do Ensino Superior e Belas Artes (1940); Sub-Secretário do Estado de Educação Nacional de 1942-45, durante a guerra, no período de grande apoio ao nazi-fascismo; Ministro da Educação (1961-62) desencadeou a repressão policial contra os estudantes.

AMARAL, Duarte Freitas do. — Deputado pelo grupo Espírito Santo-Sacor. E Vice-presidente do Conselho de Administração da Sacor, cargo privado que acumula com o do vogal do Conselho de Combustíveis e do Conselho Superior da Indústria. Foi secretário de Salazar quando Ministro das Finanças. Foi delegado-censor junto da Rádio Resnascença, no período da guerra 1939-45.

AMARAL, João. — E administrador da Companhia Nacional de Navegação. Como monárquico absolutista dirigiu a revista « Aquí-d'el Rei » e foi redactor principal de jornal « Monarquia ». Ao serviço da Companhia de Seguros « A Mundial » e do grupo Bensaude - Correia de Barros.

AMARAL NETO, Carlos Monteiro. — Vogal da Junta Nacional da Cortiça e da Comissão do Fomento Suberícola. E Presidente da Câmara Municipal da Chamusca e da Assembleia Geral da Casa do Povo da Chamusca. Por sua vez Eduardo Amaral Neto é presidente do Grémio de Lavoura da Chamusca.

ARANTES, Tito Castelo Branco. — Deputado pelo Banco Português do Atlântico de que é presidente da

Assembleia Geral; da Companhia de Seguros « A Mundial » (ligada por sua vez à família Bensaude-Correia de Barros, à Hidro-Eléctrica da Serra da Estrêla, à C.U.F., à Companhia das Lezírias de Tejo e Sado, etc.), à Companhia Geral de Angola.

CARDOSO, Avelino Barbieri. — Deputado pela Legião Portuguesa, de que é Comandante Geral. Foi também comandante Geral da G.N.R. E irmão de Agostinho Barbieri, Inspector Superior da PIDE. Disse da milícia fascista em 1965: « é qualquer coisa que entra em nós e vai até ao fundo do coração... »

CARVALHO, Francisco Gabriel Moncada (Casal-Ribeiro). — Deputado pelo grupo Espírito Santo-Sacor. Administrador Director-Geral de Gaz-Cidla. Membro da Comissão Executiva da União Nacional e vogal da Junta Directiva da Causa Monárquica. Colaborador infatigável do diário policial « A Voz », Comandante de terço da Legião Portuguesa; membro do Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa; Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira (desde 1959). Ligado às famílias Ulrich e Supico Pinto.

CASTRO FERNANDES, António Júlio. — Deputado pelo Banco Nacional Ultramarino de que é administrador « por parte do Estado ». Presidente da Direcção do Grémio dos Bancos e Casas Bancárias, Presidente da Comissão Executiva da União Nacional. Presidente do Conselho Geral das Caixas de Previdência e Habitações Económicas. Foi Ministro da Economia e Subsecretário do Estado das Corporações. Segundo o « Diário da Manhã » fez na devida época um exaustivo estudo sobre o corporativismo italiano; segundo a voz pública fez um exaustivo desfalque no Grémio das Mercadorias quando aí foi delegado do Governo. E autor de célebres frases como « católicos-progressistas » e « monárquicos liberais », são todos comunistas, e « com a desventura da guerra, Deus concedeu a Salazar a graça das supremas responsabilidades » (18-4-65).

CORREIA, Manuel João. — Deputado pelos colonialistas de Moçambique onde acumula os cargos de

Presidente da Cooperativa de Criadores de Gado de Lourenço Marques e de Vogal da Direcção da Junta de Comércio Externo e do Conselho Geral da Associação Industrial de Moçambique; já foi Vice-Presidente da Associação Comercial de Lourenço Marques e da Associação de Proprietários de Moçambique...

CORTEZ, Ulisses Cruz de Aguiar. — Grande servidor dos mo-

CUNHA, António M. Santos da. — Tem o exclusivo das vendas gasolina Sacor e de pólvora ao Norte do Douro. Informador da PIDE. Foi Presidente da Câmara Municipal de Braga durante 12 anos e da Câmara da Povoação do Lanhoso durante seis meses para poder ser presidente em Braga. Foi Presidente de inúmeras associações entre as quais o Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Braga. E Presidente da Direcção da

AS CORTES DA TRAIÇÃO NACIONAL

Os deputados fascistas que o governo de Salazar mais uma vez impôs ao país, no final de 1965, são o espelho fiel do regime. Raramente na história de Portugal o país terá conhecido uma assembleia tão reaccionária, tão carecida de independência, tão comprometida com a dominação estrangeira, tão dócil perante as prepotências policiais, tão estranha e oposta ao povo português.

Nas novas cortes de Salazar, não há um só deputado ligado à população laboriosa, aos 90 % de portugueses que com o seu trabalho e o seu engenho fazem realmente progredir e avançar Portugal.

Nas cortes de Salazar, só cabem os que vivem de explorar o trabalho da Nação, os agentes da opressão do povo português, os parasitas fascistas.

Homens que há muito perderam ou venderam a alma e o coração à política reaccionária, anti-nacional. E a velha guarda do fascismo e dos monopólios.

nopólios; segundo o « Diário da Manhã »: a acção principal no planeamento da produção eléctrica, a montagem da siderurgia em Marão e Seixal, a refinação de petróleos, a indústria de amoníaco, a exploração da indústria de celulose, a Petroquímica, o fabrico de nitratos, a indústria de pneus e muitas outras realizações representam também fruto da sua acção», como Ministro da Economia, (1950-58). E Presidente da Comissão Administrativa da Caixa Geral dos Depósitos. Foi membro da Comissão Executiva da União Nacional durante as campanhas eleitorais de 1945 à 1949 nas quais se destacou pela sua acção anti-democrática. Foi Director Geral da Justiça. E actualmente Ministro das Finanças.

CUNHA, António Santos da. — Membro do Conselho de Administração do Porto do Douro e Leixões (1944-46 e do Porto (até 1950). Foi polícia (Sub-director no Porto da Polícia Judiciária). E comandante de terço da Legião Portuguesa. Já reconheceu em plena sessão da Assembleia Nacional, que a Assembleia tendo renunciado ao seu direito de legislar fez « hara-kiri » (10-12-64).

Cooperativa dos Produtores de Leite de Braga. Tem a medalha de ouro com palma da Legião Portuguesa.

CUTILEIRO DE FERREIRA, Manuel João. — Grande proprietário e industrial. Como tal fez parte da Junta Nacional da Cortiça e é vogal do Conselho Geral do Grémio dos Lavradores de Évora e Viana do Alentejo e secretário da Secção de Cortiças da Associação Industrial Portuguesa. E ainda Presidente da Caixa de Abono de Família dos operários corticeiros de Portalegre, Évora e Beja.

DUARTE, Arthur Proença. — Deputado pela C.U.F. E presidente do Conselho de Administração do Amoníaco Português que além da C.U.F., tem fortes interesses belgas (Sapec-Solvoy e Comp.) e ainda da União Fabril do Azoto, do grupo Espírito Santo-Sacor, Banco Português do Atlântico, da Imperial Chemical Industries, etc. E irmão de Teófilo Duarte (já falecido) que foi Ministro do Ultramar e administrador do Banco Nacional Ultramarino. E grande Lavrador. Vogal do Conselho fiscal da Junta Nacional do Vinho. E

também Presidente da Junta da Província do Ribatejo.

FERNANDES, Manuel Nunes. — Foi Vice-Presidente da Casa do Douro que controla a produção e comércio do vinho do Porto e presidente do Grémio dos Vinicultores de Lamego. Tornou-se célebre na própria Assembleia Nacional por ter protestado abertamente contra qualquer tentativa de industrialização do país: « não se pode consumir a maior parte do nosso pé de meia num precipitado desenvolvimento industrial. »

FIGUEIREDO, Mário de. — Presidente da Assembleia Nacional. Presidente do Conselho de Administração da C.P., empresa falida que vive dos empréstimos do Estado. Foi Ministro da Educação Nacional em 1940 e Ministro da Justiça e dos Cultos em 1928-1929. E membro vitalício do Conselho do Estado. Foi companheiro de casa do ditador Salazar e do Cardeal Cerejeira quando os três frequentavam a Universidade de Coimbra.

FONSECA, José Soares da. — Deputado pelo Banco Nacional Ultramarino, Vice-presidente da Assembleia Nacional. Presidente do Conselho de Administração da Companhia Colonial de Navegação. Foi administrador do Banco de Angola ligado ao Banque Belge d'Afrique. Presidente da Conferência de Parlamentares da NATO (1965-66). Foi Ministro das Corporações.

GALLO, Mário Amaro S. dos Santos. — Deputado pelos grandes industriais de vidro da Marinha Grande e do Distrito de Leiria de que é um dos mais importantes empresários.

E Director do Grémio Nacional da Indústria Vidreira. Já foi Governador Civil de Leiria.

GOMES, Augusto Cerqueira. — 68 anos de idade. Delegado distrital da Mocidade Portuguesa, em Braga.

JORGE, Jerónimo Henriques. — Faz parte do « gang » do Almirante Tenreiro de quem é um dos sócios mais dedicados. E presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante.

LINHARES, Luis Arriaga Sà. — Faz parte do « gang » de Almirante Tenreiro. E membro da Comissão Central de Pescarias e da Comissão Nacional da NW do Atlântico. E delegado do governo junto do

Grémio dos Armadores da Pesca da Sardenha e do Atum.

LONGO, António Moreira. — Deputado pelos monopolistas do sisal de Moçambique de que é grande produtor. E membro da Direcção da Associação dos Produtores de sisal de que também fazem parte a Aktiengesellschaft (alemã), a Companhia Coloniale d'Angoche (francesa), a Namagoa Plantations (inglesa), etc... Faz parte, evidentemente, do Conselho Legislativo de Moçambique.

LOPES, António Calheiros. — Deputado pelo Banco Fonseca Santos e Viana de que é Presidente do Conselho Fiscal. E um dos principais acionistas da Sociedade Industrial de Vila Franca de Xira, com fábricas em Vila Franca e em Ovar. Lançou no mercado a célebre burla dos pacotes de arroz matizado, « bom para as crianças », « vitaminado », que afinal era arroz corrente, misturado com bagos amarelos de arroz estragado submetidos a um banho de óleo. Para poder vender mais pacotes de « arroz matizado » a empresa chegou a comprar no mercado arroz deteriorado! Foi assim merecidamente Director do Grémio dos Industriais de Arroz (1939-59) e delegado da Comissão Reguladora de Comércio de Arroz... Foi director da Associação Industrial Portuguesa, e tem a Comenda do Mérito Industrial. O seu irmão Francisco é membro do Conselho Fiscal do Banco de Lisboa e Açores e Administrador da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, ligada ao Banco Espírito Santo, etc...

MACEDO, Henrique Veiga de. — E Presidente do Conselho de Administração da Hidro-eléctrica do Zêzere (dominada pela Sofina, belga, com 132.192 contos e pela C.U.F.) e administrador da Companhia Nacional de Electricidade (empresa distribuidora ligada ao conjunto das empresas eléctricas). Foi Sub-secretário do Estado da Educação Nacional (1944), Ministro das Corporações e Previdência Social (1955) e Presidente da Comissão Executiva da União Nacional (1961-1965).

MAGALHAES, Simeão Pinto Mesquita de Carvalho. — Presidente da Junta do Porto da Causa Monárquica e membro da Comissão Central da União Nacional. Grande explora-

DEPUTADOS DE SALAZAR

dor agrário do Norte do país. Membro da direcção da **Junta Nacional dos Resinosos**, da **Liga Agrária do Norte** e da **Associação Central da Agricultura**. Presidente do Conselho Geral do Grémio da Lousada e ainda Delegado do Governo junto dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto. Alistou-se na Legião Portuguesa em 1936. E comandante de terço da milícia fascista.

MEXIA, José de Mira Nunes. — Deputado pelos latifundiários do Alentejo. E grande agrário, director do Grémio da Lavoura de Mora, Presidente da Assembleia Geral da Casa do Povo de Mora e representante das Casas do Povo do Distrito de Évora no Conselho Corporativo da Lavoura, dentro das boas normas do corporativismo português. Ligado por « laços de família » ao Banco da Agricultura.

NAVARRO, André. — Tem sido porta-voz da PIDE na Assembleia Nacional. Legionário das primeiras horas. Já foi Presidente da Junta Central da Legião Portuguesa. Durante a greve estudantil de 1962, como director do Instituto Superior de Agronomia foi mais longe nas provocações e medidas repressivas contra os estudantes, que o próprio governo. Foi Sub-secretário do Estado da Agricultura.

OLIVEIRA, Artur Aguedo de. — Velho servidor dos monopólios como governante salazarista: Sub-secretário do Estado das Finanças (1935); Presidente do Tribunal de Contas (1948); Ministro das Finanças (1950-55); membro da Comissão Executiva da União Nacional; Presidente da Junta Central da Legião Portuguesa.

PEREIRA, Manuel Colares. — Deputado pela Companhia de Tabacos Portugal e pela Companhia das Aguas de Lisboa, de que é Presidente da Assembleia Geral. A Companhia de Tabacos depende do Banco Burnay (capital belga e francês). E proprietário e lavrador em Alcobaça e na Nazaré.

PIRES, Raul Satúrio. — Deputado pelos colonialistas de Moçambi-

que. Sobrinho do Satúrio Pires das incursões monárquicas. Depois de ter sido secretário de Marcelo Caetano (1945-47), Comissário Adjunto da « Mocidade Portuguesa » em Moçambique (1957-60), colaborador do « Diário da Manhã » e outros paquins fascistas, passou a dedicar-se a assuntos mais sérios e mais rendosos. Hoje é « só », delegado do Grémio de Plantadores do Chá, Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Productores de Sisal, membro da Direcção da Câmara do Comércio, vogal do Conselho da Agricultura e Pecuária, do Conselho Geral do Instituto do Algodão, do Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro, etc., etc... E ainda vogal do Conselho Legislativo de Moçambique.

RAMIRES, Sebastião Garcia. — Deputado pela Imperial Chemical Industries (inglesa) que controla os explosivos da Trafaria de que é um dos administradores. Foi membro da Comissão Executiva da União Nacional e Ministro do Comércio, da Indústria e da Agricultura (no primeiro governo de Salazar, 1932) e director da Associação Industrial Portuguesa (1930-42).

RAPAZOTE, António Manuel Gonçalves. — Deputado pelo Banco do Alentejo de que é Director. Grande lavrador. Ligado à família Cavaleiro de Ferreira (Banco da Agricultura e Sacor). E ainda Presidente do Conselho Fiscal da Cooperativa dos Productores Agrícolas de Vale do Sorraia (Évora).

REIS JUNIOR, Albino Soares Pinto dos. — Uma das grandes « figuras » do fascismo. Ministro do Interior em 1939, no primeiro governo de Salazar. Foi Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, da Assembleia Nacional, do Supremo Tribunal Administrativo. E membro do Conselho do Estado.

SANTOS, António Furtado. — Deputado pela PIDE. Foi ajudante do Procurador Geral da República no 1º Juízo Criminal e no Plenário Criminal de Lisboa onde acusou centenas de democratas portugueses e con-

tribuiu para a sua condenação a pesadas penas de prisão e para que prosseguissem impunes todos os crimes da PIDE. Como paga dos seus serviços, foi promovido a Procurador-Geral da República (1959-63) e a Juiz Desembargador do Supremo-Tribunal Administrativo.

SOARES, Arlindo Gonçalves. — Deputado pelas Minas do Pejão nas quais se encontram dois terços das reservas portuguesas conhecidas de antracite (Empresa Carbonífera do Douro, belga, que detém também 90 % de capital da Companhia dos Betuminosos de Angola) a que está ligado há muitos anos. Presidente da Câmara Municipal do Marco de Caza-vezes, desde 1961.

TEIXEIRA, Gabriel Mauricio. — Deputado pelo Banco Nacional Ultramarino, de que é administrador depois de ter sido Governador de Macau (1940-46) e de Moçambique (1946-1961).

TENREIRO, Henrique dos Santos. — O Almirante das grandes negociatas da pesca, das conservas, da Gelmar e dos inúmeros lugares, cargos e administrações. Presidente da Comissão Central Portuária (desde 1959). Delegado de Governo junto dos organismos de pesca. Membro da Comissão Executiva da União Nacional. Muito corporativamente é Presidente da Junta Central das Casas dos Pescadores de que é um dos maiores exploradores. Como agente directo da repressão fascista fundou em 1936 a Brigada Naval da Legião Portuguesa e é Presidente da Junta Central da Legião Portuguesa. Cunhado do antigo ministro Almirante Ortins de Bettencourt o depurador fascista da Marinha de Guerra e actual Presidente do Conselho de Administração da Soponata.

UBACH CHAVES, João. — Deputado pelos grandes industriais de lanifícios. E presidente da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios e Vice-presidente da Fédération Lainière Internationale. Já foi várias vezes procurador à Câmara Corporativa, Foi Sub-secretário do Estado da Indústria.

UM PROGRAMA DE COMBATE

(cont. da pag. 1)

que à maior parte da população continuassem a ser negados, por uma forma ou por outra, os direitos eleitorais; em que aos representantes do povo fossem arrancados os poderes de decisão política para serem atribuídos a seráficos tecnocratas; em que os trabalhadores e os estudantes fossem sujeitos a novas tutelas administrativas, em lugar de livremente dirigirem as suas organizações e, em nome delas, participarem da gestão nacional.

O governo democrático do país não poderá competir apenas aos ministérios e à assembleia dos deputados: terá de ser repartido, no sentido estrito do termo, com os partidos progressivos, com os sindicatos, com as cooperativas, com as associações de estudantes, com os verdadeiros intelectuais e jornalistas. A arma mais eficaz contra o neofascismo será, mesmo, a vigilância revolucionária de todos os democratas activistas; a alavanca mais poderosa para a construção da democracia será a constante e ardorosa militância de todos eles.

2. Um país realmente livre da ameaça fascista é aquele, portanto, em que as decisões políticas sobre os seus problemas fundamentais cabem por inteiro aos legítimos representantes do povo e a todos os militantes.

Nisto consiste a independência nacional. E não é nem pode ser verdadeiramente independente um país que tem bases militares estrangeiras no seu solo e uma diplomacia apendicular da de outras nações; cujo povo não tem livre acesso ao trabalho justamente remunerado, nem à saúde, nem à instrução, nem à cultura.

Assim, as reformas das estruturas sociais são em Portugal, ao mesmo tempo, o objectivo da revolução antifascista e a sua eficaz garantia, pois a única base sólida da independência política de uma nação é a sua independência económica.

E Portugal não será um país independente enquanto fôr, na Europa, um simples fornecedor de mão de obra barata e ignara e, nas colónias, o capaz policial da exportação de matérias primas.

O caminho da independência é o da entrega aos portugueses das riquezas naturais que hoje pertencem aos monopólios; é a nacionalização desses monopólios, do subsolo e dos serviços públicos. E restituir Portugal aos portugueses é reformar de alto a baixo as nossas estruturas sociais.

Este é o objectivo máximo da nossa revolução. E partilhar as grandes propriedades agrárias é racionalizar a nossa atrasada e saqueada agricultura; é criar uma indústria à altura da tecnologia moderna e dos nossos recursos em grande parte inexplorados; é riscar para sempre da nossa história o direito à fome, à servidão, à doença, à insegurança e à emigração.

Demos aos outros o que deles é, pondo fim à exploração colonial. E tomemos em nossas mãos o que só nosso é: a nossa terra, o nosso presente e o nosso futuro de povo livre e independente.

Uma nova sociedade espera por nós, na condição de sabermos conquistá-la. O nome da primeira batalha é tão claro para nós como para os nossos inimigos: o derrubamento do fascismo.

Manuel Sertório.

GUERRA COLONIAL EM TRES FRENTES

(cont. da pag. 1)

é apoiado na violência repressiva, em razias e operações militares, em actos de verdadeiro genocídio.

Aos problemas políticos e militares junta-se o problema angustioso do êxodo das populações. Dos territórios onde os colonialistas portugueses fazem a guerra e lançam vastas operações repressivas, afluem aos milhares os refugiados aos territórios independentes vizinhos: Senegal, Guiné, Congo Brazzaville, Congo Léopoldville, Tanzânia, Zambia. A guerra colonial de Salazar converteu-se num problema internacional agudíssimo. E se é preciso não esquecer que Salazar tem aliados, também não se deve esquecer que os povos de Angola, da Guiné e de Moçambique têm aliados.

O exército colonialista de Salazar bate-se em três frentes isoladas, separadas por milhares de quilómetros; essas três frentes constituem para os nacionalistas africanos uma só frente política. A reunião da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, efectuada em Dar-

es-Salam, à qual assistiu uma delegação de observadores da FRENTE PATRIOTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, consolidou essa frente comum contra o colonialismo português. A presença dos nossos delegados permitiu que se estreitassem laços de solidariedade se fixassem as bases de cooperação futura entre o nosso movimento unitário antifascista e anticolonialista e os movimentos de libertação dos povos das colónias portuguesas.

A II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (C.O.N.C.P.), na qual se encontram representados o M.P.L.A., o P.A.I.G.C., a FRELIMO e o Comité para a Libertação das Ilhas de S. Tomé e Príncipe, adoptou a seguinte resolução sobre a « Oposição Democrática Portuguesa »:

« Considerando que o Governo Português com manifesto desprezo da legalidade internacional, continua a opôr-se ao reconhecimento do direito à auto-determinação aos povos de Angola, da Guiné, de Cabo Verde, de Moçambique, de S. Tomé e Príncipe; considerando que o desenvolvimento da luta antifascista em Portugal constitui um apoio apreciável ao movimento de libertação nacional nas colónias portuguesas; a II Conferência reafirma que a luta armada é a única via capaz de conduzir à realização das justas aspirações dos povos sob dominação colonial portuguesa; saúde e encoraja a oposição portuguesa ao seu combate contra o regime fascista; declara que a C.O.N.C.P. se dispõe a estreitar as suas relações com a oposição democrática portuguesa, numa base de benefícios mútuos ».

E ao movimento unitário antifascista e anticolonialista que os combatentes nacionalistas se dirigem, é nos democratas anticolonialistas que eles vêem interlocutores e companheiros de combate. De Salazar e da sua camarilha só esperam a guerra. Mas está aberta a possibilidade de relações fraternais, no respeito dos interesses mútuos dos povos de Angola independente, da Guiné e de Moçambique independentes e de povo de Portugal, se a luta antifascista e anticolonialista dos democratas portugueses fôr cimento de uma cooperação sincera e de uma límpida fraternidade.

A VIDA DO JORNAL ESTA NAS NOSSAS MAOS

A publicação de *Liberdade*, a sua distribuição nos núcleos de imigração portuguesa dispersos em vários países da Europa, da Africa e das duas Américas, a sua difusão em Portugal, implicam um difícil trabalho de organização e um importante esforço financeiro.

Os nossos leitores — nossos amigos, companheiros e camaradas — devem encarar a ajuda ao jornal como um dever, como um dos primeiros deveres dos militantes e aderentes da F.P.L.N.

Este jornal vive do apoio dos seus leitores, do auxilio material dos democratas portugueses.

Devem constituir-se grupos de amigos dos nosso jornal. Devemos recolher fundos para o nosso jornal. Precisamos queremos fazer de *Liberdade* um grande jornal popular, de agitação e de combate.

Cada exemplar de *Liberdade* deve ser pago.

Cada leitor de *Liberdade* deve arranjar dois novos leitores.

Por cada exemplar distribuído nos núcleos de imigração deve ser enviado um exemplar para Portugal.

DISPERSÃO POLITICA E UNIDADE REVOLUCIONARIA

por Fernando Piteira Santos

Vão dobados trinta anos nos fusos do tempo sobre o dia em que o jornalista Arthur Inez, então director do semanario O Diabo, proclamou com firmeza: não somos reviralhistas. E falou por todos nós, democratas portugueses. Com a sua frase precisa, nítida, ele cortava caminho às especulações dos salazaristas. Os democratas portugueses opunham-se ao « Estado Novo » de inspiração mussolineana, combatiam o ditador, a ideologia fascista, a mistificação corporativa, por razões mais fortes e mais fundas do que a nostalgia dos breves dezasseis anos que, de 1910 à 1926, durou em Portugal a República Parlamentar.

Não era o caso de regressar ao passado, de repor os homens do passado no poder. A revolução, já nos anos trinta, se apresentava a uma luz diferente do simples revirvalho, tentado com valentia e perdido na acção desgarrada, desincronizada, das revoltas de 3 de Fevereiro, no Porto, e de 7 de Fevereiro, em Lisboa.

Na curta vigência da República Parlamentar tinham-se dado passos válidos para a democratização do país. O quadro dos aspectos positivos da governação liberal-republicana é conhecido: reformas do ensino, reforma da Universidade, criação de novas escolas e Faculdades; instituição do ensino primário obrigatório; envio de bolseiros ao estrangeiro; promulgação das leis de protecção da família; promulgação da lei da separação da Igreja e do Estado; adopção da jornada de oito horas de trabalho e do descanso semanal; instituição da jurisdição arbitral dos conflitos de trabalho, dos seguros sociais para desemprego, doença e invalidez; desen-

volvimento do comércio externo; adopção de medidas favoráveis ao progresso industrial; criação das caixas de crédito agrícola; reconhecimento legal do direito de greve e da liberdade de associação política e sindical.

Mas porque não se queria voltar ao passado, ao jogo estéril das lutas partidárias e dos antagonismos pessoais; e porque se compreendia que a « ocupação fascista » dera lugar a novas servidões, a novos problemas nacionais, e que era diferente o tempo histórico - a partir de 1945, no vocabulário político do movimento democrático unitário, à radicalização anti-fascista, corresponde a introdução da referência expressa à luta por uma « Segunda República ».

As forças políticas da « Primeira República », só em surtidas efémeras e representações eventuais, reclamaram uma sobrevivência digna mas a todos os títulos precária: no MUNAF, no MUD, na organização da campanha da candidatura do General Norton de Matos. A repressão fascista — usando as armas da violência e da corrupção — cilindrou quadros e estruturas políticas. Por fatalidade da duração do regime, a morte teve um papel inexorável na supres-

são de qualquer veicidade de regresso ao tempo político liberal-republicano.

A luta dos democratas portugueses integra-se, é certo, numa longa e nobre tradição nacional. Podemos reivindicar os melhores espíritos do nosso século XIX (para não irmos mais longe no pecado historicista), e teremos razão para afirmar que estão connosco Manuel Fernandes Tomás e Mouzinho da Silveira, os irmãos Passos, Garrett e Herculano, Antero e Oliveira Martins, Sampaio Bruno e Basílio Teles, mas a revolução que propomos ao Povo não é a repetição de 1910. Também não queremos, candidamente, limitar-nos a extrair do artigo oitavo da Constituição fascista as consequências que não tiveram a necessária articulação legal: Queremos destruir a « ordem fascista »; queremos construir um Portugal livre e democrático.

O programa da revolução antifascista há-de reflectir, em cada momento da elaboração ideológica e da prática revolucionária, a correlação dialéctica das forças que marcham à conquista do poder e do ritmo de acção revolucionária possível.

E que forças são essas? As forças correspondentes

aos extractos sociais que a ditadura fascista-monopolista oprime, tiraniza e persegue, tenham ou não essas forças interlocutores políticos realmente representativos, tenham ou não essas forças expressão política partidária.

Cêrca de dois milhões e meio de portugueses entre os 15 e 30 anos, aqueles de nós que pela idade estão naturalmente indicados para construir o novo Portugal, não conheceram a vida política anterior à ditadura fascista. Só em termos de negação do presente tomaram consciência de batalha que devemos pelear. Deles os melhores são anti-fascistas e anti-colonialistas. A sua dispersão pesa terrivelmente a favor do fascismo. Essa é uma razão mais para afirmarmos que o caminho da revolução não exige apenas a inter-ligação das estruturas políticas existentes — partidos, grupos políticos, movimentos em formação ou em decantação — mas, e principalmente, a organização dos anti-fascistas dispersos.

Não queremos « regressar » ao passado. Queremos construir o futuro. Sabemos que o caminho da liberdade é a unidade de acção revolucionária.

Contra a Repressão: Devemos mobilizar a opinião pública nacional e internacional

A intensificação da repressão pode e deve ser considerada como uma directa consequência da actividade antifascista e anticolonialista, como uma consequência das próprias contradições do regime salazarista.

O Estado fascista caracteriza-se — além do mais — pela prática sistemática do terrorismo policial. Todavia, nos últimos tempos, e apesar da relativa hipocrisia de um regime absolutamente violento, os espancamentos alternam com os assassínios, as técnicas psicológicas com longos períodos de privação do sono (de 3 a 8, 10 e 14 dias) que têm levado nalguns casos à loucura, noutros a perturbações gravíssimas.

Ao mais repugnante desprezo pela vida e pela dignidade humana, acrescentam-se agora os vexames e as perversidades.

O caso de Maria da Conceição Matos é um gritante exemplo dos abismos a que pode descer a bestialidade e a degradação da PIDE.

E um dever de todos os democratas denunciarem a repressão, a vileza e os crimes da PIDE.

E um dever de todos os democratas lutar pela libertação dos presos políticos e prepararem-se para fazer pagar caro aos responsáveis o preço das suas atrocidades.

A.F.P.L.N. chama todos os portugueses e todas as portuguesas à luta contra a PIDE, à luta pela libertação imediata do capitão Varela Gomes, do dirigente sindical José Vitoriano, do estudante José Bernardino, do dirigente católico Manuel Serra, à luta pela libertação de todos os prisioneiros políticos.